

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA - UM ENTENDIMENTO

Antes de penetrarmos no assunto objeto do presente trabalho, impõe-se o ensaio sintético e singelo, de aspectos vastos, complexos e discutidos, relacionados com História.

História

Um conceito: Consiste objetivamente do passado e, subjetivamente, do conhecimento que temos desse passado. Ou, em síntese, o fato histórico sucedido e o conhecimento que deles temos. O termo origina-se do grego “istoria”.

Maneiras de exposição: História narrativa, educativa e científica.

História narrativa: Consiste no registro cronológico dos fatos históricos importantes ou extraordinários. É a forma mais antiga que consagrou o historiador grego Heródoto. As partes de combate em História Militar são um exemplo desta maneira.

História educativa: Consiste além da narrativa do fato histórico importante ou extraordinário, de extrair do mesmo ensinamentos úteis para o desenvolvimento da Humanidade. Enfim, é a História atuando como “a mestra da vida” ou a História como a “mestra das mestras”. No último caso, em razão de todo o tipo de conhecimento do homem, no atual estágio da civilização, ter-lhe sido transmitido pela História. Isto, através de sínteses históricas educativas que traduzem o estágio de desenvolvimento atingido pela Humanidade.

Esta é a maneira que interessa prioritariamente ao Exército Brasileiro, como força operacional. Objetiva o desenvolvimento de sua Doutrina Militar, com base nos ensinamentos colhidos da experiência dos demais exércitos do mundo e na sua própria experiência histórica, de quase 5 séculos no Brasil, de

lutas internas e externas. Pois, as dimensões continentais do Brasil não são obra do milagre. Para a sua formação e posterior preservação muito é devido à sua Expressão Militar, representada pelas forças terrestres e navais brasileiras do período colonial. Após a Independência, pela sua Marinha e Exército, e a partir da década de 40, por sua Aeronáutica.

Assiste muita razão a Jomini para explicar a razão das forças armadas de todo o mundo darem especial relevância à pesquisa e ao estudo crítico da História Militar. Pois ela é pesquisada e estudada em todas as escolas militares do mundo. Escolas de formação, aperfeiçoamento e estado-maior. Nos corpos de tropa ela é evocada sob a forma de culto aos heróis, dos feitos guerreiros e das tradições militares.

Escreveu Jomini:

“A PESQUISA É O ESTUDO DA HISTÓRIA MILITAR ACOMPANHADA DE CRÍTICA SADIA, É NA REALIDADE, A VERDADEIRA ESCOLA DA GUERRA”.

Portanto, conclui-se que o Exército Brasileiro possui na História Militar própria e dos demais exércitos, um manancial de ensinamentos provados. Estes são a base do espírito crítico e criador para seus integrantes promoverem o progressivo desenvolvimento de sua Doutrina Militar. Esta entendida, no consenso de destacados pensadores militares nacionais e estrangeiros, como o conjunto dos princípios pelos quais um exército se organiza, se equipa, se instrui, é empregado e desenvolve as forças morais na guerra. As últimas, que Napoleão cotava de 3 para 1 sobre as forças materiais e, entendidas, como a motivação de cada combatente para lutar ou instruir-se. Ou a motivação do porquê lutar e instruir-se. Ou, finalmente, a justiça da causa pela qual se deva lutar e bem aplicar-se na instrução.

Este campo da Doutrina Militar tem sido bem enfatizado pelos exércitos mais aguerridos. A História Militar nos oferece milhares de exemplos de exércitos bem organizados, equipados e instruídos, mas, que sucumbiram frente a exércitos com problemas de organização, equipamento e deficiências na instrução, porém, altamente motivados e que em combate liberaram enorme potencial representado pelas forças morais da guerra.

O desenvolvimento deste campo doutrinário assume especial relevo para exércitos pobres. Suas forças morais poderão superar muitas adversidades do combate, na guerra, e deficiências materiais na instrução, em tempo de paz.

A História Militar Brasileira nos oferece um rico exemplo nas duas Batalhas de Guararapes, nas quais despertou o espírito da Nacionalidade e do Exército Brasileiro.

De um lado o Exército Holandês no Brasil, rico, bem organizado, equipado e instruído, mas sem motivação do por que lutar, baqueou frente ao exército patriota, pobre, sob bloqueio naval, mal organizado, equipado e

instruído, mas altamente motivado e convicto do por que lutar. O resultado foi desenvolver uma doutrina adequada a guerra de guerrilhas, para impor sua vontade naquelas memoráveis batalhas. A estratégia do fraco foi vitoriosa contra a do forte. A guerra brasileira.

Em local próprio, voltaremos com considerações sobre a relevância deste campo doutrinário e como a História concorre para seu desenvolvimento e concorreu nos casos da Guerra do Paraguai e nas vitórias da FEB, na Itália, pela exploração das glórias de Guararapes (1).

História científica: É a que reconstitui o fato histórico, como ele de fato ocorreu livre de injunções de qualquer ordem. Para isto utiliza fontes suficientes, autênticas, fidedignas e íntegras, assim caracterizadas por metodologia científica. Esta consiste na crítica interna e externa das fontes pertinentes ao fato histórico.

A partir de 1949, ela começou a ganhar impulso entre nós, com a edição da obra "Teoria de História do Brasil" de José Honório Rodrigues, após o autor haver realizado curso nos EUA, em 1944, na Fundação Rockefeller. Mas, independentemente de metodologia acadêmica ou engenho, vários historiadores brasileiros usando a arte com que foram dotados por Deus, produziram história científica ou a infra-estruturaram, pela preservação e catalogação de parcela importante das fontes da História do Brasil, ou a Memória Nacional. Correntes de pensadores divergem da classificação da História como ciência. Mas, são concordes, em grande parte, que ela já possui uma metodologia científica, particularmente quanto à crítica das fontes.

A falta ou inobservância da metodologia histórica por parte de alguns pseudo-historiadores, contribuiu para o desprestígio da História, ao ponto de ser classificada como "balela".

A História Científica interessa no Exército como instituição. Isto para que do estudo de seu passado, seus dirigentes do presente a entendam e tirem ensinamentos, para moldar e conduzir o seu futuro, a altura do destino da grandeza do Brasil, entre um mar de dificuldades, característica desde a Independência, até por volta de 1930 (2).

Concepção filosófica: Discutem os pensadores qual a verdadeira causa do fato histórico. Dessa discussão surgiram as seguintes concepções filosóficas: A idealista, a materialista e a psicológico-social.

História não é feita somente de fatos históricos. Utilizamos o termo para designar, didaticamente, tudo o que é objeto de investigação histórica.

A idealista: Defende que o fato histórico é produto do processo evolutivo do homem, disciplinado pela razão. E mais, presidido por idéias políticas, sociais e econômicas ou por imposições geográficas, idéias que poderão concorrer, em determinadas circunstâncias, com a predominância de uma sobre a outra, mas concomitante com as demais.

Esta é a concepção filosófica do mundo democrático, que o Brasil integra.

A análise da Revolução de 93 no Rio Grande do Sul tem desafiado, até o presente, os historiadores que tentam identificar suas causas econômicas.

A concepção idealista procura entender o fato histórico e determina suas causas geográficas, políticas, sociais e econômicas.

E neste esquema baseia-se a metodologia das Forças Armadas do Brasil. Nela seus integrantes são iniciados nas escolas militares e os acompanha por toda a sua vida, sob formas de campos do Poder Nacional, fatores geográficos, políticos, sociais e econômicos no Estudo Militar de Áreas. Ou, na metodologia de Levantamento Estratégico de Áreas Geográficas, com vistas ao planejamento de uma ação estratégica do Poder Nacional ou de alternativas de ações, etc.

A materialista: Opõe-se fundamentalmente à idealista. Atribui como causas de todo o fato histórico, as de ordem econômica. Baseia sua tese na afirmação de que o homem preocupa-se, fundamentalmente, com a obtenção de bens materiais que lhe assegurem a sobrevivência. Que as causas sociais e políticas servem aos idealistas para dourarem esta realidade.

Esta concepção é a base do materialismo histórico expresso por Max e Engels no Manifesto Comunista de 1847.

Ao ler-se a obra de um historiador materialista é possível concluir-se sua concepção filosófica, pela ênfase de sua interpretação na parte econômica. A realidade, no entanto, é que ao determinar-se as causas de diferentes fatos históricos isolados, poderemos concluir a predominância, para eles, de causas econômicas, bem como de políticas, sociais e geográficas. É comum ver-se democratas desavisados defenderem e se entusiasmarem com interpretações materialistas, divorciados da base filosófica teista, essência da Democracia.

A concepção Psicológico-social: É a que atribui como causas de um fato histórico, as manifestações espirituais produzidas por um grupo social. Esta concepção não fez escola.

Fontes de História

Um conceito: É todo elemento que proporciona ao historiador subsídios para a reconstituição histórica. Segundo Bernhen, dividem-se em dois e grandes grupos: Os restos e a tradição de um fato histórico (3).

Fonte utilizável: É todo o elemento relacionado com a reconstituição histórica que a crítica respectiva assegure ser autêntica, fidedigna e íntegra.

Valor da Fonte: É função de seu maior grau de influência na reconstituição histórica e de sua autenticidade, fidedignidade e integridade.

Fontes preferidas: Em princípio, são documentos públicos escritos, impressos ou manuscritos, chamados também de primordiais ou primárias. São

originais, de primeira mão. Livros e artigos, embora importantes, costumam ser classificados como fontes secundárias. Eles exigem um maior trabalho de crítica histórica. Resolvido este problema pelo historiador, ele poderá utilizá-los como fontes primordiais, no todo, em parte, ou, em detalhes. O valor de qualquer fonte para determinada reconstituição histórica, depende do historiador. Em princípio, será sempre desejável e aconselhável utilizar as fontes secundárias para ambientação e as primárias para a reconstituição histórica.

Na crítica histórica de artigos e livros é importante para o historiador saber a autoridade de seu colega no assunto (conhecimento, metodologia e precisão). Observamos que ao tratar de um determinado assunto, um historiador pode ser preciso no objetivo e impreciso em detalhes acessórios que colheu. Isto por força de circunstâncias ou falta de tempo para o exercício da crítica histórica. Ou mesmo, impossibilidade temporária de realizá-la. Para conhecer o valor de uma fonte o historiador necessita, além do engenho da metodologia, muita arte e anos de convívios como pesquisador.

O problema relacionado com fontes históricas brasileiras é bem tratado na obra "Teoria de História do Brasil" de José Honório Rodrigues. Leitura para orientar os candidatos a historiador brasileiro, em suas diversas especializações.

Tipos de fontes: Quanto ao meio de comunicação para sua transmissão, segundo adaptação de Bauer (4).

- por transmissão oral (lendas, anedotas, provérbios, etc);
- por transmissão escrita que tratam:
 - da vida prática (contas, receitas, inventários, etc);
 - de manifestações de vontade humana (códigos, regulamentos, documentos oficiais em geral, etc); e
 - da vida espiritual (obras históricas em geral, escritos literários, etc).
- por transmissão plástica (mapas, retratos, reproduções de utensílios usados nos diversos estágios da civilização, filmes, slides, videotapes, gravuras, enfim tudo o que se possa classificar como iconografia).

A tradição como fonte: A tradição exige um grande esforço de críticos para ser aceita. Entendo que ela só poderá ser assim definida se comprovada sua base histórica. Do contrário cai no campo da lenda. Segundo Tardif, "só podem ser aceitos como tradição e, em consequência, como fonte histórica":

- referências a um fato histórico público, amplamente testemunhado; e
- um fato histórico admitido sem contestação por longo tempo, por estudiosos que teriam interesse e meios para contradizê-lo. Assim entendemos que só poderá ser aceito como tradições gaúchas e, em consequência cultuadas, as que tiverem base histórica. O contrário é cair-se no domínio da forjicação de nossas tradições, com evidente prejuízo das autênticas.

No tocante às tradições militares, aplica-se a mesma regra. Elas devem possuir base histórica. Do contrário não podem ser levadas em conta como fonte histórica.

Documento público: Enquadra-se entre as fontes preferidas pelo historiador. As condições que ele deve responder para assim ser classificado são definidas no Brasil pelo Código Civil Brasileiro.

Fontes falsas ou forjadas: O historiador deve ter especial cuidado para não utilizar como fontes, documentos forjados. Isto é, documentos falsificados para os mais variados fins. É clássico exemplo brasileiro de forjicação, por suas graves conseqüências e envolvimento do Exército, as cartas falsas atribuídas ao Presidente de Minas Gerais, Arthur Bernardes, candidato à Presidência da República. Ela continha ataques aos oficiais do Exército e a políticos da oposição. Referidos ataques por vários meses produziram os efeitos esperados pelos seus forjadores, Oldemar Lacerda, o autor, e Jacinto Guimarães, o falsificador da letra de Arthur Bernardes. E ele foi eleito Presidente da República nesse ambiente confuso.

Hoje existem especialistas em forjicar documentos públicos. Possuem mais graves conseqüências os relativos à posse de terras na Amazônia e no Centro-Oeste, particularmente. E provocam graves problemas sociais ao ponto de tornarem as autoridades impotentes e difícil a solução jurídica a curto prazo.

Contou-me um autoridade do INCRA, que alguém forjicou um título de doação de terras que lhe fora feito por D. Pedro II. A falsificação seria perfeita, não fora a amarração do imóvel ter sido feita por D. Pedro II, “à margem da rodovia Belém-Brasília”, inexistente à época da pretensa doação.

Na História da Revolução Farroupilha existe um documento forjicado, sob a forma de ofício. Seu teor apresenta Davi Canabarro reunindo seu Exército em Porongos para facilitar, em acordo com Caxias, que o Exército Farroupilha ali fosse atacado e derrotado. Enfim, procura apresentar Canabarro como um traidor que preparou uma armadilha para seu próprio Exército, ao troco de sua liberdade e outras vantagens. Referido ofício encontra-se publicado na coleção *Ofícios do Barão de Caxias da citada revolução* (6).

Disciplinas auxiliares da História

Para o historiador solucionar o complexo problema de autenticidade, fidedignidade e integridade das fontes históricas terá para auxiliá-lo na crítica histórica das mesmas, as seguintes disciplinas auxiliares da História.

a. Heurística: Orienta o historiador sobre os subsídios pertinentes e disponíveis para o trabalho que irá realizar. Isto quanto ao que deve ser considerado fonte histórica. E, mais, com as respectivas categorias e localizações. Orientação transmitida através de instrumentos de trabalho do historiador (catálogos de documentos, índices bibliográficos, hemerográficos, etc). O auxílio da heurística culmina com a conclusão com relação a uma fonte histórica, sobre sua:

(1) **Autenticidade:** Que é do autor ao qual se atribui sua produção. Ou original, genuína e não forjada, ou falsa;

(2) **Fidedignidade:** Que é digna de fé, merecedora de crédito por traduzir a verdade em seu conteúdo. Que não é mentirosa ou inverídica; e

(3) **Integridade:** Que a fonte histórica original conservou-se íntegra. Não apresenta acréscimos ou supressões que modifiquem seu sentido original. Na produção de informações o encarregado de produzi-la chega a esta fase, apoiando seu trabalho em informações que devem traduzir a essência da verdade e, em informes A-1. Este refere-se ao índice máximo de idoneidade e de veracidade da fonte que produziu o informe.

b. Bibliografia: Fornece ao historiador dados relativos aos livros. O que já foi escrito sobre o assunto ou, se o que pretende escrever já foi escrito por alguém.

Em matéria de História do Exército Brasileiro, o ideal que vem sendo perseguido é o seguinte:

(1) Que todos os livros publicados sobre a História do Exército sejam referenciados e classificados à luz do Sistema de Classificação de Assuntos das Forças Terrestres Brasileiras, editado em 1971 pelo Estado-Maior do Exército. Sistema fruto de pesquisa de sua Comissão de História do Exército. Documento a que, por sua importância, nos reportaremos com frequência.

(2) O referido documento, além de traduzir a Teoria de História do Exército, serve de guia para a pesquisa da História da Doutrina do Exército no seu duplo aspecto de Ciência e Arte. A última, fundamental para contribuir, cada vez mais, para o desenvolvimento da doutrina do Exército, do presente e do futuro, com apoio na experiência acumulada das forças terrestres que o antecederam, do descobrimento até a independência, e de sua própria experiência após. Aí temos quase cinco séculos de Arte Militar do Exército. Ou, as soluções táticas estratégicas e logísticas que contribuíram para a configuração do Brasil, país de dimensões continentais.

(3) Idêntica providência igualmente seria tomada com relação à hemerografia que será abordada a seguir e aos documentos mais importantes, relacionados com a História das Forças Terrestres Brasileiras, existentes no Brasil e no exterior. E, mais, com tudo que possa ser considerado fonte de história do Exército Brasileiro.

c. Hemerografia: Fornece ao historiador dados relativamente a artigos publicados em periódicos, revistas, jornais, etc, civis e militares, tratando do assunto objeto de determinada pesquisa. No Exército Brasileiro, ao longo de sua história, têm sido publicadas diversas revistas militares.

Dedicou especial atenção à elaboração de índices das mesmas, o coronel Francisco Ruas Santos. Este fato irá facilitar sobremaneira a pesquisa de artigos em nossas revistas militares até 1957. Voltaremos, em local próprio, a este assunto.

d. Arquivologia: Trata da reunião, preservação, inventário e catalogação de fontes. Fornece ao historiador dados sobre a natureza e conteúdo de documentos preservados em arquivos e local onde são guardados. Creio ser esta a mais valiosa disciplina auxiliar da História. Ela informa ao historiador o

conteúdo e a localização das fontes que deve recorrer primordialmente, para infra-estruturar sua pesquisa que pretenda ser científica.

A elaboração de catálogos é feita por assuntos, por especialistas em arquivologia e sob a responsabilidade de entidades oficiais ou privadas. Isto pressupõe que as fontes que tratam tenham passado por um processo de crítica histórica (autenticidade, fidedignidade e integridade). Este setor está pouco desenvolvido no Brasil. Merece destaque a organização específica do Arquivo Histórico da Câmara Federal e a que vem sendo implantada na Fundação Getúlio Vargas, relativa a arquivos de grandes personalidades da República. Muito, mas muito deve ser feito, investido neste setor para que a História do Brasil venha a ajudar a instrumentar o destino de grandeza da Pátria Brasileira. É um problema que desafia as autoridades brasileiras. Clama por solução antes que a preservação da Memória Nacional fique irremediavelmente comprometida, conforme alertam diariamente especialistas nacionais e estrangeiros que nos visitam. É o mais grave problema da História do Brasil.

Seria catastrófico para o destino da Nacionalidade Brasileira, a perda de sua memória. Tornar-se-ia uma nau sem bússola, à deriva na tempestade, sem saber de onde veio e para onde vai. Até as tribos mais primitivas possuem e prestigiam seus historiadores. E o desenvolvimento das mesmas e fidelidade as suas origens, aspirações e valores e, sua própria sobrevivência, foram função da qualidade de seus historiadores.

Arnold Toynbee, consagrado historiador universal, em sua conferência no Recife em 1970 - História, função e valor, diz a certa altura, com indiscutível autoridade:

“OS ESTUDOS HISTÓRICOS, TEM SIDO ESTÍMULO PARA O DESPERTAR EM MUITOS POVOS, DE UMA CONSCIÊNCIA NACIONAL ADORMECIDA”.

E acrescentaríamos, para que a consciência nacional despertada não venha a adormecer ou confundir-se, que tanto sua afirmação, como a nossa, aplicou-se e aplica-se ao Brasil.

Fica aqui nosso humilde alerta para a reflexão, a quem de direito e investido de autoridade para modificar esta conjuntura. Ou, para lançar os fundamentos para que o setor se desenvolva satisfatoriamente, dentro das possibilidades do Poder Nacional. Poder, para cujo fortalecimento, a História do Brasil tem contribuído significativamente, como o procuraremos demonstrar sempre que oportuno, fato reconhecido pela ESG. A Memória Nacional, representada por seu acervo documental, tem sofrido grandes acidentes. Ali uma prefeitura incendiando seus documentos para fazer lugar, encobrir falhas administrativas ou para tapar buracos. Lá, uma autoridade desavisada mandando eliminar documentos valiosos, por serem velhos e prejudicarem a estética. Ou, para apagarem uma mancha negra da vida brasileira, como os documentos relativo à escravidão. No Exército Brasileiro estes acidentes têm sido menos numerosos em razão das normas rigorosas relativas da eliminação

de documentos. E isto é uma norma adotada universalmente pelos exércitos.

Existe até a seguinte piada de caserna: Um comandante de uma unidade nos EUA, constatando estar seu arquivo insuficiente para guardar os documentos da unidade, relacionou grande parte deles e dirigiu-se aos escalões superiores pedindo autorização para destruí-los.

Recebeu como despacho ao seu pedido mais ou menos o seguinte:

Eliminação autorizada, após reprodução de cada documento em três vias que devem ter o seguinte destino:

(1) Uma para o Arquivo Nacional, outra para o arquivo da unidade para possíveis consultas. Esta norma existe, para impedir que qualquer pessoa, usando seu bom senso, que segundo Descartes é o que todas as pessoas se julgam possuidoras, em alta dose, venham eliminar importantes documentos. Um das vias acima devia ser enviada ao Arquivo do Exército dos EUA.

Mas, mesmo assim, as fontes da História do Exército tem sofrido acidentes. Não por inexistência de normas, aliás rigorosas. Mas, por descumprimento ou desconhecimento das normas e de seu espírito.

Será atitude sadia para todos os integrantes do Exército, preservarem os documentos que constituem sua Memória Histórica. Não tomarem a iniciativa de eliminá-los, em desrespeito às normas específicas. É melhor ouvir quem possa dizer de sua importância e validade, como instrumento para auxiliar a construção do Exército Brasileiro do futuro.

e. Paleografia: Auxilia a História, junto com a filologia, a estudar, decifrar, ler e entender o sentido de manuscritos antigos. Estuda, também, os instrumentos, material e técnicas utilizados para produzi-los. Enfim, proporciona o conteúdo do documento e à filologia o seu significado. Esta disciplina é valiosa para a História do Exército. Serve para traduzir o conteúdo de documentos portugueses e espanhóis pertinentes à nossa História Militar. Documentos escritos, por volta do período 1490 - 1700, têm quatro tipos de escritas. Daí por diante será mais fácil. Mas ela não será dispensável para a leitura de documentos de interesse de sua história, produzidos manuscritos, até à generalização da datilografia no Exército.

O conhecimento da certidão de nascimento do Brasil, a carta de Pero Vaz de Caminha, só foi possível após 300 anos do descobrimento, isto ao ser encontrada e paleografada. Foi escrita na forma processual.

f. Cartografia: É a representação gráfica do terreno em escala reduzida. Sendo o terreno, ao lado da missão, do inimigo e dos meios, um dos fatores de uma decisão militar, a representação gráfica deste terreno torna-se de especial importância para a História do Exército, como força operacional. E mais, como indispensável instrumento didático, para a exploração de ensinamentos operacionais colhidos na História Militar.

As operações militares são montadas sobre croquis, esboços, cartas e mapas representativos do terreno. Quem falar em exploração didática da História Militar, entende abundância de cartas topográficas.

Em data recente analisei e interpretei, pela primeira vez, em carta topográfica atualizada, sobre o ângulo dos fatores da decisão militar, a Batalha do Passo do Rosário (8). De igual forma, levantamento procedido pelo INCRA nos Montes Guararapes, possibilitou-me reconstituir as Batalhas dos Guararapes (9). Isto veio assegurar uma visão bem mais realista, de como as batalhas transcorreram e como nelas interferiram os aspectos topotáticos do terreno (observação e campos de tiro, cobertas e abrigos, obstáculos, vias de acesso e acidentes capitais).

O Centro de Documentação do Exército e o Arquivo Histórico do Exército possuem excelente cartografia histórica catalogada e separada por Estados da Federação, abrange, inclusive plantas de fortificações e edifícios. A Diretoria do Serviço Geográfico, do Exército Brasileiro, possui valiosa cartografia histórica na antiga Fortaleza da Conceição no Rio de Janeiro - RJ. Merece destaque a mapoteca Histórica do Itamaraty, ao lado do Palácio Duque de Caxias.

g. Diplomática: Origina-se da palavra diploma. Estuda documentos quanto ao idioma, estilo, autenticidade, integridade e credibilidade.

h. Epigrafia: Lê e interpreta inscrições antigas, gravadas ou pintadas. Neste particular a História do Exército poderá recorrer ao Departamento de Assuntos Culturais do MEC. E terá aplicação neste particular, relativamente às fortalezas históricas.

i. Arqueologia: Investiga restos deixados pelas civilizações ou por certos fatos de interesse, como batalhas e combates, no caso da História Militar.

Durante a localização dos vestígios dos alicerces da casa onde nasceu o Duque de Caxias, em Caxias - RJ, foram realizadas pesquisas arqueológicas. Elas descobriram vestígios da época em que ali viveu o Patrono do Exército.

Por ocasião da construção do Parque Nacional dos Guararapes, a Universidade Federal de Pernambuco procedeu a pesquisas no local das batalhas que ali tiveram lugar, atendendo solicitação do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste.

Localizaram-se muitos vestígios das mesmas. Ossadas humanas, projetos de canhões e metais de uniforme, o que proporcionou também, a confirmação de localização do Boqueirão, ponto focal das duas batalhas.

Pesquisas arqueológicas no local da Batalha do Passo do Rosário e de fortalezas militares, poderão prestar grande auxílio à História do Exército Brasileiro.

j. Sigilografia: Estuda a autenticidade de sinais antigos, selos, carimbos, sinetes, etc, colocados em documentos antigos para conferir-lhes validade e produzir os efeitos jurídicos que deles se esperam.

I. Heráldica: Estuda brasões, símbolos, escudos, bandeiras e seus significados, sob a forma de mensagens simbolizadas por seus componentes.

É instrumento valioso para traduzir para a História do Exército Brasileiro, a simbologia de seus brasões, escudos, símbolos e bandeiras. E mais, para orientar, por exemplo, a elaboração de brasões de unidades.

m. Genealogia: Estuda as famílias e seu desenvolvimento através dos tempos.

Os estudos genealógicos brasileiros são valiosos para a História do Exército Brasileiro. Eles fornecem subsídios, ao tratarem de famílias das quais fizeram parte, militares do passado. Bem explorada, auxilia sobremodo a reconstrução de um fato histórico militar.

n. Medalhística: Estuda medalhas e ordens honoríficas. Conclui sobre o valor e autenticidade das mesmas. É importante disciplina auxiliar da História do Exército.

o. Cronologia: Consiste praticamente na apresentação dos fatos históricos em ordem cronológica. No caso do Exército Brasileiro o ideal seria a elaboração de uma relação de fatos históricos significativos, sob a forma de efemérides.

Trabalho ainda por realizar e muito reclamado nas seções de Relações Públicas, por exemplo. O registro histórico das unidades é um exemplo de cronologia. O Tenente-Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley, historiador de nossa Aeronáutica, acaba de escrever as Efemérides da Aeronáutica do Brasil.

Trabalho valioso para desenvolver a História do Exército Brasileiro, constituiu-se, ainda hoje, pela abundância de referências à nossa História Militar, as efemérides do Barão do Rio Branco (10). A cronologia é valiosa disciplina auxiliar para orientar o estudo e a pesquisa histórica. E, para a evocação e culto de efemérides e vultos nacionais, prática rotineira no dia a dia de nossas Forças Armadas. É uma lacuna a preencher cujo vulto exigirá uma equipe para organizá-la.

p. Numismática: É o estudo das moedas. Problemas neste sentido para a História do Exército poderão ter solução no Museu Histórico Nacional, local onde funcionou a primeira Escola Militar do Brasil, raiz, histórica da AMAN.

O pouco desenvolvimento no Brasil da metodologia das disciplinas auxiliares, tem obrigado o historiador, antes de entrar no seu trabalho específico, a resolver, ele próprio, problemas pertinentes àquelas áreas. Daí conclui-se quão difícil é ser historiador no Brasil. E muitos chefes, pensadores e planejadores do Exército, ao explorarem a história do Exército, tiveram que enfrentar e resolver estes problemas.

A verdade histórica: O farol que ilumina o historiador, como homem de

informações, é que seu trabalho traduza a essência da verdade, dentro do enfoque filosófico em que ele se situa.

No caso do Brasil, o enfoque filosófico se definiria deste modo: País sob Deus que objetiva preservar ou conquistar seus objetivos nacionais permanentes de Integridade, Soberania, Independência, Integração, Paz Social, e Democracia, sob a égide de sua escala axiológica, representada pelos valores espirituais, morais e culturais, e nesta hierarquia, o de Nacionalidade. Este enfoque filosófico explica a transformação, em menos de 200 anos, do alferes Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, de traidor de Portugal em mártir da Independência e finalmente, em Patrono Cívico da Nacionalidade.

Só é possível cogitar-se no restabelecimento da verdade histórica, com serenidade e livre da influência de paixões que causaram o fato histórico. Isto, pelo menos, decorridos 50 anos ou mais do acontecimento do fato. Neste intervalo chovem os depoimentos, as memórias e os ensaios sobre o fato. Os principais atores do fato, na maior parte desaparecem. Todas as pretensas tentativas de reconstituição da verdade histórica não passarão, à semelhança da atividade de informações, de informes. Estes, desde o menor ao maior grau de idoneidade e veracidade. Serenados os ânimos e livre de pressões e injunções, começa o trabalho do historiador, como juiz do Tribunal da História.

Não existe uma regra fixa sobre a época oportuna do início da reconstituição da verdade histórica relacionada com um fato histórico.

A abordagem de revoluções e lutas brasileiras, tem revelado inconveniência e inoportunidade de tratamento, antes que decorra um século. Pois, em muitos casos, os descendentes dos atores do fato interferirão no trabalho. E seriam feridas muitas suscetibilidades. O historiador poderá fazer da História instrumento de discórdia ao invés de construção.

No caso de lutas internas, decorridos 20 anos, elas poderão ser exploradas pela História Militar com fins didáticos. Isto, do ponto de vista essencialmente técnico-militar. Explorá-las política, econômica e socialmente e mesmo, militarmente, sem a devida prudência, poderá provocar a abertura das feridas que se deseja ardentemente que cicatrizem. Poderão ser estudadas criticamente, logo após, mas não é prudente publicações.

A abordagem de lutas externas exige prudência semelhante, pela possibilidade de causarem dificuldades diplomáticas, com o inimigo de ontem e amigo de hoje. Mas a História Militar pode e deve explorá-la didaticamente, de imediato, do ponto de vista técnico-militar e colher ensinamentos. E esta tarefa, ao que parece, seria desejável fosse realizada em círculo restrito e confidencial.

A História do Exército Brasileiro levou século e meio para ser escrita. A enorme equipe, que nela trabalhou, teve o cuidado de não enveredar por caminhos perigosos, na abordagem científica de lutas internas e externas mais recentes.

Nossas considerações servem para demonstrar ao leitor interessado, o longo e penoso caminho do historiador até atingir o seu ideal, a reconstituição da verdade histórica sem influências espúrias.

Tenho para mim, que a História se faz por aproximações sucessivas. Isto é, pelo estabelecimento de verdades provisórias. Dentro deste contexto, todo o trabalho de caráter histórico é útil. Ainda não me deparei com trabalho histórico pertinente ao assunto objeto de minha pesquisa, que poderia classificar de inútil. Dos mais fracos ou inexpressivos, sempre colho uma idéia, ou uma pérola perdida em seu emaranhado. E será da reunião dessas pérolas, por estudiosos de determinado assunto, que se chegará, um dia, ao alicerce para o historiador do futuro atingir a verdade histórica sobre um fato.

A certidão de nascimento do Brasil, a carta de Pero Vez de Caminha, levou 273 anos para ser descoberta na Torre de Tombo, em Portugal, por Seabra da Silva.

Somente, cerca de 300 anos após o descobrimento, foi publicada pela primeira vez pelo padre Aires da Cunha Casal, professor da Escola Militar, no Largo de São Francisco, na Corografia Brasileira.

Decorridos 343 anos do descobrimento é que a certidão de nascimento do Brasil foi publicada com precisão. E mais, explorada devidamente tudo na obra de Jaime Cortesão: A Carta de Pero Vaz de Caminha (11).

Ainda em 1973, existia a incerteza histórica sobre o verdadeiro local do descobrimento do Brasil. Para sua definição fomos convidados pelo Ministro Andreazza a opinar. Isto para que se decidisse construir uma rodovia de Porto Seguro a Cabralia (12). E ela foi efetivamente construída. Portanto, uma incerteza histórica de 473 anos sobre as circunstâncias do descobrimento do Brasil.

O local exato da primeira missa ainda não foi determinado. A comissão de seis membros nomeada pelo Presidente Getúlio Vargas não chegou a uma conclusão. Cada membro optou por um local diferente.

Importância da História do Brasil

Acreditamos que não exista melhor exemplo para caracterizar a importância da pesquisa e do estudo crítico da História, e mais, a necessidade de implementá-la entre nós, para colocá-la à serviço da construção do destino de grandeza do Brasil, do que as palavras a seguir:

“A ninguém é lícito ignorar a importância da contribuição da História no desenvolvimento nacional, como instrumento de ação, na elucidação de temas e na definição de alternativas prospectivas, assim como no encontro de métodos de análise dos conhecimentos, que sirvam ao individual e ao coletivo.

Aqui também podemos afirmar que não se governa sem História e sem historiadores. E nós, os brasileiros, podemos dizê-lo melhor do que ninguém,

pois, pacificamente, nenhum país cresceu mais do que o nosso, pela pesquisa e análise de nossos historiadores”...

PRESIDENTE MÉDICI

Elas foram pronunciadas pelo Presidente Emílio Garrastazú Médici, em 1970, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cumprindo uma tradição iniciada por D. Pedro II.

Com o Presidente Médici as atividades de História do Brasil viveram um de seus grandes momentos,

Apoiou a construção da nova sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Propiciou a esta benemérita instituição, base econômica para prosseguir suas tradicionais e relevantes tarefas. No Exército, foi possível, com seu apoio, a produção e a edição da História do Exército Brasileiro em 3 volumes, concretização de antigas aspirações de várias gerações de militares do Exército.

O Sesquicentenário da Independência, em seu governo, criou condições para o revigoramento das tradições nacionais, do culto da história e para a pesquisa e publicação de diversas obras históricas.

Deu ênfase especial ao culto da história, através das iniciativas de construção de parques históricos, como o Parque Histórico Manoel Osório e o Parque Histórico Nacional dos Guararapes que coordenamos sua construção.

Foi criado o Centro de Documentação do Exército, guardião de fontes relacionadas com a História da Doutrina do Exército. Fontes pacientemente reunidas, desde a criação do Estado-Maior do Exército, em 1899, por integrantes de suas extintas 5ª Seção, História e Geografia, e Comissão de História do Exército Brasileiro. 5ª Seção/ EME restabelecida em data recente pelo Exmo Sr Gen Ex Ariel Pacca da Fonseca, Chefe do Estado-Maior do Exército, com a designação de SD-3.

Em seu governo foram promovidos diversos certames literário históricos. Eles criaram condições para o despertar de novos historiadores e o despontar de novos valores.

Sem estas providências seria difícil estimular este importante setor, fundamental para instrumentar, com segurança, o futuro do Brasil.

Importância da História segundo Cícero

“A História é verdadeiramente a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a embaixatriz da antigüidade”.

Extraída do Boletim Especial de 10 de dezembro de 1977, do III Exército, atual Comando Militar do Sul, firmado pelo seu comandante interino, Gen Div Antonio Carlos de Andrada Serpa, dando prosseguimento à idéia de seu

antecessor, Gen Ex Fernando Belfort Bethlem.

Nota: Presenciamos, no dia 10 de maio, a inauguração em dependência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de retrato a óleo do ex-presidente Médici, em reconhecimento à sua visão e decisivo apoio àquela instituição que foi tão prestigiada no passado pelo Imperador D. Pedro II. O retrato a óleo, pintura de Miranda Junior, foi ofertado pelo Exmo Senhor Ministro da Marinha, em nome dessa força.

Para aprofundamentos no assunto tratado no presente capítulo relacionado com Filosofia, Teoria e Metodologia da História, consultar a obra Teoria da História do historiador brasileiro Roberto Piragibe da Fonseca (15).

Notas ao Capítulo 1

1. BENTO, As Batalhas dos Guararapes, pp. 15-16.

Ver como o Visconde de Porto Seguro e o Marechal Mascarenhas de Moraes utilizaram as tradições militares das guerras contra os holandeses, para levantarem o moral dos soldados brasileiros no Paraguai e na Itália. Stalin, em momento crucial da guerra, teve de apelar para as tradições militares da Rússia Czarista.

2. Para que o leitor interessado ajuize as dificuldades enfrentadas pelo Exército, leia entre outras as seguintes obras:

(1) GUIMARÃES, J. C. Macedo Soares, Civis e Militares, **Carta Mensal**. Dez 77, p. 1-14.

(2) COELHO, Edmundo Campos, **O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1976.

(3) COUTINHO, Lourival. **O General Goes Depõe**, Rio de Janeiro: Liv. Coelho Branco, 1956.

(4) GOES MONTEIRO, Pedro Aurélio, **A revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército**. Rio de Janeiro: Aderron Editores, 1936.

(5) CASTRO, Jeanne Berrance, **A Milícia Oidadã; A Guarda Nacional de 1831-50**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1977.

(6) OLINTO, Antonio. **Para Onde Caminha o Brasil** Rio de Janeiro: 1978.

Estes estudos assumem especial relevância para os chefes do Exército do presente e do futuro. Curiosa é a intensidade desses estudos nos anos 76-77.

3. Citado por José Honório Rodrigues em sua **Teoria da História do Brasil**.

4. Citado por Ruas Santos em **Teoria e Pesquisa se da História Militar**, AMAN. Os exemplos foram selecionados pelo autor.

5. Citado por José Honório Rodrigues em sua **Teoria da História do Brasil**.

6. Caxias, **Ofícios na Revolução Farroupilha** Imprensa Militar 1950.

7. Ruy Barbosa sob este pretexto, como Ministro da Fazenda teria mandado eliminar os documentos relativos à escravidão. Trato deste assunto no meu livro **O Negro e Descendentes na sociedades RGS** (Apresentação).

8. BENTO, Fatores da Decisão Militar na Batalha do Passo do Rosário. **Defesa Nacional**. Nº 672, 1977, p. 63-108.

9. BENTO, **As Batalhas dos Guararapes**. Recife, UFPE, 1971, 2v.

10. O Barão do Rio Branco, como Cônsul em Liverpool, realizou valiosas pesquisas sobre nossa História Militar. Seu trabalho de estréia como historiador foi um ensaio biográfico sobre o Marechal José de Abreu, herói de nossas guerras contra Artigas. Referido trabalho o levou a ser eleito membro do IHGB, ainda jovem. Embora civil, é um grande nome da História Militar. A Marinha e o Exército lhe são credores de muitos benefícios recebidos, em razão dos conhecimentos de nossa História Militar que acumulou, difundiu e usou. Pois deles adquiriu a consciência da necessidade do Brasil possuir Marinha e Exército fortes. E não poupou sacrifícios para que isto se tornasse realidade.

11. Para detalhes a obra: MAIA, Rocha. **Do Monte Paschoal a Cabrália** Brasília, Ministério dos Transporte-a, 1973.

12. RAIÁ, Rocha, **Do Monte Paschoal a Cabrália** Brasília, Ministério dos Transportes, 1973.

13. BENTO, **A Grande Festa dos Lanceiros** - Recife, UFPE, 1971 (Contém detalhes sobre os dois parques citados).

14. CORREIO DO POVO. Conservação da Memória Nacional - Porto Alegre, 17 de janeiro de 1978.

15. FONSECA, Roberto Piragibe. **Teoria da História**, Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1967.